

CONCURSO PÚBLICO  
POMBOS - GRUPO 4 - 26/11 - TARDE



## [NS] PROCURADOR JURÍDICO MUNICIPAL

# igeduc

100 QUESTÕES OBJETIVAS

Leia atentamente as informações abaixo:

1. Sob pena de ELIMINAÇÃO do candidato, é proibido: **folhear este caderno de questões antes do horário de início da prova determinado em edital**; levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala; manter qualquer tipo de comunicação entre os candidatos; portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, receptor, gravador etc. ainda que desligados; anotar o gabarito da prova em outros meios que não sejam o Cartão de Respostas e este Caderno de Questões; fazer consulta em material de apoio ou afins.
2. No Cartão Resposta, confira seu nome, número de inscrição e cargo ou função, assine-o no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta, e marque apenas 1 (uma) resposta por questão, sem rasuras ou emendas, pois não será permitida a troca do Cartão de Respostas por erro do candidato.
3. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchido e assinado ao fiscal da sala, pois o candidato que descumprir esta regra será ELIMINADO.
4. Você deve obedecer às instruções dos coordenadores, fiscais e demais membros da equipe do Igeduc – assim como à sinalização e às regras do edital – no decorrer da sua permanência nos locais de provas.
5. Estará sujeito à pena de reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, o candidato que utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, o conteúdo sigiloso deste certame, conforme previsto no Código Penal (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940), em especial o disposto no Art. 311-A, incisos I a IV.

NOME

CPF

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

---

**Leia atentamente as informações abaixo:**

- Cada um dos itens desta prova objetiva está vinculado a um comando que o antecede, permitindo, portanto, que o candidato marque, no cartão resposta, para cada item: o campo designado com o código V, caso julgue o item CERTO, VERDADEIRO ou CORRETO; ou o campo designado com o código F, caso julgue o item ERRADO, FALSO ou INCORRETO.
  - Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva, o qual deve ser preenchido com cuidado pois marcações incorretas, rasuras ou a falta de marcação anularão a questão.
  - Para a análise dos itens (proposições / assertivas), considere seus conhecimentos, o teor do item e, quando aplicável, o texto a ele vinculado.
  - Nos itens que avaliam conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
  - Você poderá consultar a cópia digital desta prova, dos gabaritos preliminar e final e acessar o formulário de recursos em [concursos.igeduc.org.br](http://concursos.igeduc.org.br).
- 

### QUESTÕES DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (de 1 a 70)

#### Julgue os itens a seguir.

01. O direito administrativo é a parte do direito público que regulamenta o exercício da função administrativa.
02. A Lei de Licitações Públicas (Lei 14.133/21) é aplicada também a alienação e concessão de direito real de uso de bens.
03. A licença ambiental para empreendimentos e atividades que podem causar danos ao meio ambiente depende de prévio estudo de impacto ambiental para ser concedida. (Resolução do CONAMA nº 237/1997).
04. Os órgãos da administração pública indireta representam o conceito de concentração, segundo a doutrina.
05. De acordo com o Código de Processo Civil, na fase de execução de sentença, o incidente de desconsideração da personalidade jurídica só é cabível se o título a ser executado for extrajudicial.
06. Conforme disposto na CLT, as horas de prontidão serão contadas à razão de 1/3 do salário normal.
07. O imposto sobre a propriedade territorial rural é de competência dos Municípios, segundo o Código Tributário Nacional.
08. A destinação legal do produto da arrecadação é relevante para qualificar a natureza jurídica do tributo.
09. A convenção coletiva e o acordo coletivo prevalecem sobre a lei quando versar sobre regime de sobreaviso, segundo a CLT.
10. É admissível o chamamento ao processo requerido pelo autor, segundo o Código de Processo Civil.
11. A prescrição não corre entre ascendentes e descendentes, ainda que cessado o poder familiar.
12. Os direitos do nascituro estão resguardados desde a concepção e estão condicionados ao nascimento com vida, segundo o Código Civil.
13. Segundo Carl Schmitt, há uma diferença entre Constituição e as Leis Constitucionais.
14. O juiz é suspeito para apreciar a lide quando promover ação contra a parte ou seu advogado, segundo o Código de Processo Civil.
15. O trabalho em regime parcial, segundo a CLT, é aquele que não excede 30 horas semanais.
16. A administração pública em sentido estrito compreende somente os órgãos e os agentes necessários à execução das políticas públicas, segundo a doutrina.
17. A colocação em família substituta, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, será feita apenas por guarda ou tutela.
18. Segundo a CLT, a prestação de horas extras habituais não descaracteriza acordo de compensação e o banco de horas.
19. Segundo o Código de Processo Civil, a execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu.
20. Todos os entes da administração direta são pessoas jurídicas de direito público, sem exceções.
21. O princípio da legalidade no Direito Tributário está evidenciado no fato de não ser possível aumentar ou exigir tributo sem que a lei estabeleça.
22. Nos termos do Código Civil, o erro substancial pode tornar o negócio jurídico nulo.
23. Dentre os órgãos e entidades que fazem parte do Sistema Nacional do Meio Ambiente, estão as autarquias e empresas públicas. (Lei 6.938/81).
24. Os atos processuais não dependem de forma determinada, salvo quando a lei expressamente exigir, de acordo com o Código de Processo Civil.
25. A administração pública em seu sentido material leva em consideração a atividade concreta e mediata do Estado, segundo a doutrina.
26. A ideia de poder constituinte supranacional é trazida pelo autor Marcelo Novelino.
27. Nos termos do Código de Processo Civil, a outorga uxória ou marital é facultativa em ações que versem sobre direito real imobiliário.

28. Um dos objetivos da Política Nacional do Meio Ambiente é a imposição ao predador a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente, segundo a Lei 6.938/81.
29. Apenas a União, em casos excepcionais, poderá instituir empréstimos compulsórios, conforme o Código Tributário Nacional.
30. A obrigação alimentar é alternativa, podendo a pessoa idosa escolher entre os prestadores, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa.
31. Segundo o Código Tributário Nacional, a atribuição infraconstitucional da competência tributária compreende a competência legislativa plena, com as ressalvas legais.
32. A Lei de Responsabilidade Fiscal deve atender aos critérios de forma e limitação de empenho.
33. Segundo a legislação ambiental vigente, o Poder Legislativo está autorizado a criar fundações de apoio técnico científico às atividades do IBAMA.
34. A descentralização por delegação ocorre quando apenas o exercício da competência se transfere à outra entidade, segundo a doutrina.
35. O princípio do impulso oficial não tem previsão expressa no Código de Processo Civil.
36. O domicílio do Município é o lugar onde funciona a administração municipal, nos termos do Código Civil.
37. A norma processual civil não retroage e pode ser aplicada imediatamente aos processos em curso, independente dos atos processuais praticados, conforme o Código de Processo Civil.
38. O objeto mediato do estudo do Direito Constitucional é a própria Constituição.
39. Segundo o professor Konrad Hesse, o direito Constitucional é um direito público atípico.
40. Se for relativa, a impossibilidade incipiente do objeto não invalida o negócio jurídico, segundo o Código Civil.
41. Os profissionais que trabalham sob turno ininterrupto de revezamento não possuem jornada fixa de trabalho.
42. A gestão de recursos hídricos deve sempre ser desconcentrada, segundo a Lei 9.433/1997.
43. Os estatutários podem ter cargo em comissão, cargo público efetivo, regido pelo estatuto respectivo, segundo a doutrina.
44. Nos termos da CLT, as horas de trabalho extraordinário serão compensadas segundo a conveniência do serviço.
45. A convenção coletiva e o acordo coletivo prevalecem sobre a lei quando versar sobre regime de sobreaviso, segundo a CLT.
46. De acordo com o Código Civil, na falta do cônjuge, a curadoria dos bens do ausente será incumbida somente aos pais.
47. O poder de reformar a Constituição Federal é ilimitado, segundo a doutrina.
48. Os entes da Administração Direta não podem cobrar impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, segundo o Código Tributário Nacional.
49. A Política Nacional do Meio Ambiente deve atender ao princípio racionalização do uso do solo. (da Lei 6.938/81).
50. O meio ambiente ecologicamente equilibrado é um bem comum do povo, conforme a Constituição Federal de 88.
51. As fundações não podem integrar o SISNAMA, pois trata-se de entes da administração indireta. (Lei 6.938/81).
52. Segundo a doutrina, os agentes públicos não podem ser servidores estatais.
53. O Código Civil estipula como regra que nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor.
54. Para a doutrina constitucionalista, a Carta Magna de 1988 não faz uma distinção entre os termos "emenda" e "revisão".
55. A Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen procurava afastar a ciência jurídica de todo juízo de ordem moral.
56. Carl Schmitt, em seus estudos, revelou que os fundamentos sociológicos das constituições são os fatores reais de poder.
57. O relatório de qualidade do meio ambiente é um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente. (Lei 6.938/81).
58. Não pode ser emenda à Constituição proposta que verse sobre a forma federativa do Estado.
59. A aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa prescinde da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.
60. Segundo a CLT, a compensação ou retenção só podem ser arguidas na inicial ou em sede de recurso.
61. A competência para legislar sobre matéria ambiental é privativa dos municípios, segundo a Carta Magna de 1988.
62. O imposto sobre a exportação tem como fato gerador a saída dos produtos do território nacional, sendo de competência da União, segundo o Código Tributário Nacional.
63. As sentenças de outro país não terão efeito no Brasil se ofenderem os bons costumes, segundo a Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro.
64. Após a reforma trabalhista, as horas in itinere devem ser acrescidas à jornada de trabalho.
65. Nas ações de improbidade administrativa, é possível formular apenas em caráter incidental o pedido de indisponibilidade de bens. (Lei nº 8.429/92).
66. O controle de constitucionalidade concentrado é deferido ao tribunal de cúpula do poder judiciário, segundo a CF/88.
67. O imposto sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos é de competência dos Estados, apenas, segundo o Código Tributário Nacional.
68. O ato é ilícito ainda que cause dano exclusivamente moral a outra pessoa, segundo o Código Civil.
69. O princípio da prevenção tem como característica impedir a ocorrência da poluição.
70. Servidor público *latu sensu* compreende os agentes públicos regidos por um estatuto funcional, segundo a doutrina.

## QUESTÕES DE CONHECIMENTOS GERAIS (de 71 a 100)

Julgue os itens a seguir.

71. Evitar informar as senhas de serviços online – especialmente de aplicativos de bancos e lojas virtuais – é uma boa forma de reduzir os riscos na Internet.
72. Orações coordenadas são orações independentes nas quais não existe relação sintática entre elas e, por isso, possuem um sentido completo.
73. A formação do pretérito perfeito composto do subjuntivo é feita pelo verbo auxiliar “ter” conjugado no presente do subjuntivo mais o particípio (-ado, -edo, -ido) do verbo principal.
74. Os seguintes vocábulos são exemplos de uso do “S” depois de ditongos: coisa, maisena, lousa.
75. O disco rígido, também conhecido como HD, é o equipamento que armazena os dados permanentes do computador, como documentos de texto e imagens salvas pelo usuário.
76. São exemplos de substantivos coletivos: colmeia, camarada, rebanho, grupo, agrupar, enxame.
77. Se A e B são dois conjuntos infinitos, é correto afirmar que a interseção de A e B sempre será um conjunto infinito.
78. Os acentos gráficos em “cása” e “contraí” são puramente diferenciais, para distinguir das formas “casa” e “contraí”.
79. Os substantivos biformes apresentam duas formas, ou seja, uma para o masculino e outra para o feminino. Exemplos: professor e professora; amigo e amiga.
80. Orações subordinadas são orações dependentes nas quais uma está subordinada à outra e, por isso, sozinhas não possuem um sentido completo.
81. Numa divisão, ao constatarmos que tanto o divisor quanto o quociente são idênticos, e que o resto dessa divisão é 11, sendo esse resto o maior possível, podemos afirmar que o dividendo é igual a 156.
82. A variação de grau, concernente aos adjetivos, se subdivide em duas modalidades: o grau absoluto (quando o termo é invariável) e o elementar (quando possui mais de um radical).
83. No Microsoft Excel, a fórmula =SOMA(G3:G4) retornará o mesmo resultado que =G4\*G3.
84. Os servidores de Pombos (PE) devem zelar pelo cumprimento dos acordos trabalhistas e demais normas, leis e regras quando no exercício do direito de greve.
85. Ao Sul, o município de Pombos (PE) faz fronteira com o município de Iguaracy (PE).
86. Uma placa de som é um componente que permite a emissão de sons por um computador.
87. Devem-se acentuar com o acento grave as vogais “a”, “i” e “u” tônicas que formam hiato com a vogal anterior, desde que esta forme um ditongo.
88. Os vocábulos “assembleia”, “boleia”, “ideia”, “onomatopeico”, “proteico” não recebem acento, pois não se acentuam graficamente os ditongos representados por -ei e -oi da sílaba tônica das paroxítonas.
89. Na oração “Paula é insegura, pois desistiu da competição”, o vocábulo “insegura” é classificado como interjeição, pois especifica o sujeito do verbo.
90. São exemplos de palavras paroxítonas não acentuadas: enjoo, grave, vejo, velho, voo, avanço, homem, mesa.
91. No modo imperativo, os verbos expressam ordens, pedidos, como se pode observar em “Por favor, entenda!”.
92. No Word, os comandos Ctrl+X e Ctrl+N permitem, respectivamente, recortar um texto ou palavra e aplicar a formatação de negrito a um texto ou palavra.
93. O município de Pombos encontra-se inserido, geologicamente, na Província Borborema.
94. Dado que A' representa o complementar de A em relação ao conjunto universo U, podemos afirmar corretamente que a interseção de A em A' = U, onde A é um conjunto qualquer.
95. A sequência de palavras a seguir compreende, ao menos, 1 (um) substantivo derivado: correr, amanhecer, Rafael, alguém, nulo, meu, seu, qualquer.
96. Se M, N e P são conjuntos não vazios, tais que M está contido em N e M está contido em P, então podemos afirmar corretamente que  $M \cup N = N$ .
97. São práticas úteis para a segurança na Internet: utilizar senhas complexas, que combinam letras e números; e evitar clicar em links desconhecidos.
98. É vedado ao servidor público de Pombos (PE) destinar parte do seu horário de trabalho a realizar planos e estudos que possam contribuir para a melhoria do exercício de suas funções.
99. O conjunto universo é uma ideia fundamental na teoria dos conjuntos, representando a coleção completa de elementos relevantes em um contexto específico.
100. No modo subjuntivo, o verbo expressa desejos e possibilidades. Por exemplo: Tomara que o aluno entenda.

RASCUNHO

PROIBIDO DESTACAR

**RASCUNHO**